estavam rebelados 45 presídios — excluindo os de Mato Grosso do Sul e Paraná — onde padeciam mais de 200 reféns. Por tudo isso, o assunto tem ganhado destaque merecido na imprensa internacional.

Não é a primeira vez que criminosos dão demonstrações de poder e ousadia, conquistados durante anos a fio de incompetência e desvios policiais, de inadequação de leis e ritos do Poder Judiciário a um quadro de extrema gravidade de avanço do banditismo, e de falta de percepção das autoridades, e políticos em geral, da imperiosa necessidade de haver um programa amplo e articulado para o restabelecimento do monopólio da violência pelo Estado. Em escala menor que os acontecimentos de São Paulo, o Rio já teve prédios públicos alvejados, viveu situações de pânico capazes de alterar a vida de toda a cidade.

O surto de terror coincide com um ano eleitoral. Porém, se de um lado a crise garante que a segurança terá de ser afinal discutida com a importância devida por candidatos à Presidência da República, de outro permite que o assunto seja explorado com fins meramente eleitorais. Era dispensável o comentário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tentativa de responsabilizar o PSDB pela sucessão de ataques e rebeliões, assim como foi erro crasso do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, rejeitar o oferecimento de ajuda do governo federal movido pelas mesmas razões menores ligadas ao calendário político. Lembo repetiu a equivocada postura do governo fluminense, refratário a aproximações maiores

A culpa pelas trágicas ocorrências em São Paulo e estados vizinhos, e, de maneira geral, pela crise na segurança pública em todo o país, tem de ser compartilhada. Um dos focos do problema está no sistema penitenciário, de onde, em São Paulo, como no Rio, chefes de quadrilhas continuam a comandar o crime. Sintomaticamente, o terrorismo foi deflagrado em São Paulo detrás das grades, por causa da transferência de alguns desses líderes para um presídio de segurança máxima. Esses desmandos em cadeias e presídios têm causas múltiplas, da corrupção policial a falhas na legislação penal. Até mesmo a OAB, por resistir a que os advogados de alguma forma sejam impedidos de funcionar como pombos-correios de bandidos, sem atropelos da Constituição, contribui para a conversão de penitenciárias em QGs do banditismo.

Não são mais aceitáveis reações como a de Lula e Lembo. Como não se pode mais ser complacente com a omissão diante dessa crise, seja no Executivo, no Judiciário, seja no Congresso. Se o governo federal ainda não conseguiu entregar os imprescindíveis presídios de segurança máxima como prometeu, que trate de fazê-lo o quanto antes; a Justiça, por sua vez, precisa descer definitivamente da torre de marfim e reconhecer a necessidade de leis arcaicas serem adequadas ao estágio a que chegou a criminalidade no país, missão que também é do Congresso. A situação é de emergência, e não apenas em São Paulo. Existem condições para o mesmo ocorrer em outros estados. Por isso, o problema é de todos.

OPINIÃO

Banir o celular

A série de rebeliões em presídios de São Paulo e alguns estados vizinhos permitiu a repetição da cena clássica de bandidos amotinados com celulares nas mãos. Mais até que o estilete, o telefone móvel converteu-se em acessório preferencial do prisioneiro rebelado. A principal arma da bandagem atrás das grades passou a ser o celular. Quem tinha dúvidas não pode mais ter, depois do caos promovido em São Paulo, com dezenas de mortos, por ordens dadas, por telefone, de dentro de presídios.

A facilidade com que prisioneiros têm acesso a esses aparelhos criou a bizarra — ou trágica — situação em que os mandantes das ações de banditismo terrorista, deflagradas na capital e no interior do estado, não podem ser presos porque já estão.

Assim, um dos objetivos imediatos que o poder público precisa perseguir, com o agravamento da crise de segurança pública paulista — possível de se repetir em qualquer estado brasileiro — tem de ser o banimento efetivo dos celulares das cadeias. Para isso, são necessárias iniciativas no Congresso, com reflexos na Justi-

ça e nas operadoras de telefonia. Chega de esperar que polícia e agentes penitenciários consigam coibir o contrabando de telefones para dentro das grades. Ou que bloqueadores sejam instalados, e funcionem — o que também é necessário, diga-se.

A legislação penal tem de considerar o uso de celular por prisioneiros crime a ser punido de forma exemplar. Há um projeto em tramitação no Congresso que estabelece o aumento da pena para o preso pilhado com essa arma eletrônica. A proposta segue a linha adotada em alguns estados americanos. Deve ainda ser prevista em lei a obrigatoriedade de as operadoras desligarem antenas em circunstâncias especiais, como nas rebeliões. Áreas extensas de alguns bairros podem ser afetadas. Mas como a situação é de emergência, de agressão aberta do banditismo à sociedade, o sacrifício é aceitável.

A conversão dos atuais presídios, uma contrafação de cadeia, em presídios verdadeiros é parte crucial das reformas, legais e administrativas, para dar ao país condições de enfrentar de maneira eficaz a debacle na segurança pública.

Combate eficaz
ao crime passa
pelo efetivo
confinamento
do preso

Apoio do Estado

Já custou caro à imagem do Brasil a inepta reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao tratamento hostil com que o presidente da Bolívia, Evo Morales, em impulso mais suicida do que propriamente nacionalista, distinguiu a Petrobras, cujas atividades representam 15% do PIB boliviano.

Devido a essa inépcia do lado de cá, não se pode prever até onde irão as manifestações de hostilidade do lado de lá. E os agricultores brasileiros que trabalham no país vizinho também pagarão um preço alto pela brandura diplomática de Brasília se Lula não se safar das armadilhas a que foi arrastado por suas próprias simpatias ideológicas e por sua retórica de palanque, para finalmente assumir atitude firme e coerente na defesa dos interesses nacionais.

Em princípio, seria arriscado para o Brasil tomar como base de negociação as declarações públicas de Evo Morales. Deleitando-se com a súbita notoriedade, o presidente boliviano morde e sopra conforme lhe convém, usa um tom absurdamente agressivo se está sob a luz dos refletores em fóruns internacionais, e recua

em surdina quando se dirige a brasileiros em particular. Em síntese, Morales diz disparates e se contradiz com tal frequência que às vezes parece apenas estar provocando, outras vezes parece não ter a mínima idéia da situação criada por sua leviandade.

Nesta altura do imbróglio, a proteção dos interesses brasileiros ameaçados exige um esforço claro e concentrado nos entendimentos entre a Petrobras e as autoridades bolivianas. Af está o nó que precisa ser desatado sem prejuízo para acionistas nacionais e internacionais e para os contribuintes brasileiros.

É indispensável ter em mente que só haverá acordo satisfatório na mesa de negociação se o governo resguardar a estatal, inequivocamente, com todo o peso do Estado brasileiro. Viu-se no início da crise que desautorizar o presidente da Petrobras, como o fez Lula num arroubo de demagogia fraternal, foi erro primário do qual os bolivianos souberam tirar o máximo proveito. É nessa frente de batalha, e não nas palavras proferidas por Morales ao sabor das circunstâncias, que se decidirá se a Petrobras permanece na Bolívia ou desiste de vez.

Petrobras não
pode negociar
com bolivianos
sem respaldo
de Brasília

OPINIÃO

Capitulação em SP

As negativas veementes do governador Cláudio Lembo, e de seus auxiliares da área de segurança, sobre a existência de qualquer acordo do governo de São Paulo com a organização criminosa PCC para que as rebeliões nos presídios paulistas e os ataques de rua contra policiais, bancos e ônibus retrocedessem na segunda-feira já não eram ontem tão vossmeis.

A notícia desse acordo espúrio circulou na própria segunda-feira, depois que os presídios suspenderam os motins assim como se amotinaram — ou seja, quase ao mesmo tempo, como se obedecessem a alguma ordem superior.

Mais do que isso — pois essas rebeliões têm sido mesmo orquestradas — chamou a atenção o fato de, na véspera, representantes da cúpula da segurança do estado, na companhia da advogada Iracema Vasconcelos, terem ido à penitenciária de segurança máxima de Presidente Bernardes, no interior paulista, para onde haviam sido transferidos chefes da quadrilha.

A advogada, representante de famílias de presidiários e que se apresentou ao governo paulista

como defensora do bandido-chefe da quadrilha, justificou a visita pela necessidade de saber das condições físicas dos criminosos, para acalmar os parentes. À imprensa, afirmou que o fim das rebeliões tinha sido uma "coincidência". Não parece.

Entre as reivindicações dos prisioneiros, estariam o banho de sol, a permissão de visitas individuais e a instalação de aparelhos de TV para que assistam à Copa. Na prática, a revogação do Regime Disciplinar Diferenciado, no qual os presos foram enquadrados e por isso mesmo deflagraram a onda de violência. Pelo menos as TVs, segundo o secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, haviam sido liberadas há um mês.

Infelizmente para a sociedade, a versão do acordo é plausível. E terá significado a derrota do Estado para uma organização de criminosos tratada pelo governo de São Paulo com status de poder paralelo. A população resta esperar e precaver-se, pois, se de fato o Palácio dos Bandeirantes capitulou diante da gangue, novas demonstrações violentas de força deverão ser dadas pelo banditismo terrorista.

Acordos com
criminosos
colocarão a
população sob
sério risco

Quinta-feira, 18 de maio de 2006

O GLOBO

Difícil solução

Não admira que o presidente George W. Bush tenha perdido o rumo na questão da política de imigração. É o que acontece quando governantes procuram resolver problemas complexos pensando mais na própria sobrevivência do que nos interesses dos governados. Diante do Congresso dividido, sob o peso da opinião pública que exige severidade, e acuado por gigantescas manifestações de imigrantes que se sentem ameaçados, Bush tateia em busca de terreno comum. E em seu esforço para agradar a todos está desagradando a democratas, a correligionários e ao eleitorado de origem latino-americana.

De um lado, recomenda mais rigor no policiamento das fronteiras; de outro, propõe uma lei que ofereça aos estrangeiros em situação ilegal — calcula-se que sejam 12 milhões — a possibilidade de cidadania. E reage às críticas afirmando que as duas medidas são complementares e não excludentes: "Os Estados Unidos podem ser ao mesmo tempo uma sociedade sob o império da lei e uma sociedade de braços abertos."

Outra solução que apresenta é

a de conceder licença de três anos a quem queira ir aos EUA fazer o serviço que os americanos rejeitam. Esses trabalhadores temporários ficariam proibidos de requerer cidadania, e obrigados a voltar para seus países.

Projeto já aprovado pela Câmara dos Representantes prevê a construção de uma cerca *high-tech* na fronteira meridional, e transforma em crime a imigração ilegal. O Senado já concorda com a cerca, mas insiste em dar a imigrantes a possibilidade de cidadania.

Nem mesmo entre os governadores dos estados do Sul há consenso sobre a decisão presidencial de mandar seis mil soldados da Guarda Nacional para reforçar a segurança na fronteira com o México. Não fariam

falta no Iraque?

No país inteiro, imigrantes em situação irregular se ressentem das propostas, que consideram preconceituosas, e milhões já saíram às ruas para protestar. Os líderes costumam sintetizar sua argumentação em duas perguntas. Por acaso foram os "ilegais" que jogaram aviões contra o World Trade Center? E a quem os americanos recorreriam para construir um novo?

Política de imigração é outro grave problema para Bush

Sexta-feira, 19 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Valor da polícia

Osurto de insegurança pública em São Paulo fez circular declarações e análises já conhecidas de crises anteriores. Coube ao presidente Lula, ao tentar capitalizar eleitoralmente os acontecimentos, explorar um surrado conceito de esquerda que estabelece uma relação mecânica entre violência e questões sociais. Numa estocada no adversário Geraldo Alckmin, defensor de um choque de gestão no Executivo federal, Lula afirmou preferir um "choque de inclusão", deixando implícita a visão de que só existem criminosos porque há injustiça social. Banditismo seria uma mazel de país pobre e desigual.

Mas a realidade do Primeiro Mundo demole a visão ingênua de que a solução para todos os males da segurança deriva do equacionamento dos desníveis sociais. O estágio de desenvolvimento não assegura a inexistência de um banditismo violento e letal, embora não se deva menosprezar a contribuição da pobreza à criminalidade. Mas eliminar a miséria não garante o fim da criminalidade. Esse tipo de percepção distorcida não é apenas um equívoco inconsequente. Ele resulta de uma distorção da esquerda, ainda existente no mundo aca-

dêmico — ressalvadas as conhecidas e louváveis exceções — herdada dos tempos do regime militar, e que manteve grande parte da intelectualidade distante das questões concretas da segurança pública. Construiu-se a idéia de que polícia é "coisa de direita", ficando a preocupação social como terreno cativo do pensamento de "esquerda".

Com isso, relativamente poucos formuladores na academia se preocupam com as necessidades das forças policiais. Essa mesma distorção existe na sociedade, que trata o policial como um funcionário público de segunda ou terceira categoria, quando ele deveria ser um dos servidores mais prestigiados, por cuidar de um bem comum de extrema importância, a segurança. Há bandas podres nas polícias e é

extensa a crônica de delitos policiais. Mas enquanto houver arraigado preconceito contra a polícia — mesmo compreensível — será difícil avançar-se na execução de políticas de segurança eficientes. É crucial converter as forças policiais num segmento nobre e respeitado do poder público. Isso implica admitir que nelas também há uma banda nobre. E implica também colocar em desuso análises surradas e simplistas sobre a criminalidade.

Quem zela pela segurança do cidadão precisa ser prestigiado

Sexta-feira, 19 de maio de 2006

O GLOBO

Êxito na Colômbia

Todas as pesquisas indicam que o presidente Álvaro Uribe será reeleito no dia 28. Isso é bom para a Colômbia e para a América Latina, pois os eleitores colombianos têm razões de sobra para confiar em Uribe.

Em 2002 ele herdou de Andrés Pastrana, e de uma linhagem de antecessores humilhados por expoentes da atividade criminosa em escala planetária, uma Colômbia agonizante. Para o resto do mundo, a pátria do infame Pablo Escobar, notório chefe do Cartel de Medellín, era sinônimo do Estado física e moralmente abatingado pelas formas de violência mais perversas e difíceis de erradicar. Ali o Estado parecia mortalmente acuada pelos barões do narcotráfico, pelos incontroláveis grupos paramilitares e pelos guerrilheiros terroristas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — aquela altura senhores de parte considerável do território, que lhes servia de base para a produção de drogas e o contrabando de armas.

Quatro anos depois a situação mudou para melhor. Seria ingenuidade achar que em prazo tão curto Uribe expurgou a Colômbia

de todas as pragas infiltradas em suas estruturas de poder. Muito ainda precisa ser feito para que seu país supere os traumas do passado recente, instale sistemas de defesa que evitem recaídas, e se modernize. Uribe, pela firmeza de rumo e pela capacidade de articulação que já demonstrou, tem todas as credenciais para continuar presidindo a mudança.

Como exemplo dos desafios que enfrenta, seu governo negocia com as Farc a permuta de dezenas de políticos, militares e policiais sequestrados por centenas de guerrilheiros presos. Uma das moedas de troca dessa tentativa de acordo seria a recriação de uma zona desmilitarizada, onde os guerrilheiros, agora comprometidos a cessar os ataques, se concentrariam para negociar a paz e a deposição das armas.

Outra virtude de Uribe, que conduziu a Colômbia sempre para a frente, é mostrar um caminho diferente do proposto por demagogos passadistas como Hugo Chávez e Evo Morales, que, usando o poder de barganha das reservas de petróleo e gás da Venezuela e da Bolívia, ameaçam levar a América Latina de volta a antigos atoleiros doutrinários e ideológicos.

Uribe serve de
contraponto
aos delírios
de Chávez e
Morales

Sábado, 20 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

Lei e ordem

Passado o auge dos ataques de bandidos a policiais em São Paulo, a violência continuou, mas em outra direção. A partir de segunda-feira, começou a aumentar o número de mortos em confrontos com policiais paulistas; todos alegadamente bandidos eliminados ao reagir à abordagem das forças de segurança ou ao tentar escapar depois de algum atentado.

A reação tinha mesmo de ser dura, isso é indiscutível. Mas as características de algumas dessas mortes e a evolução dessa estatística macabra justificam o temor de que esteja em andamento uma reprovável operação de vingança por parte de grupos de policiais, tão à margem da lei quanto os bandidos do PCC. Certamente não obedecem a ordens superiores.

Nessas horas tudo é justificável, mas não aceitável. Os Estados Unidos precisavam reagir à altura ao ataque inominável sofrido do terrorismo da al-Qaeda em 11 de setembro de 2001. Porém, não há argumento possível em defesa das torturas na prisão iraquiana de Abu Ghraib e do confinamento, distante da Justiça, de prisioneiros na base de Guantánamo.

Os relatos sobre mortos com

orifício de bala na nuca são reveladores. Houve uma ação nítida de vingança, por exemplo, no assassinato de familiares de um dos chefes da organização criminosa. E não deve ter sido por acaso que chacinas voltaram a ocorrer na periferia de São Paulo, parte da qual vinha sendo apaziguada por meio de alguns programas sociais executados com o apoio até da Secretaria de Segurança.

A polícia precisa mesmo ser firme e responder aos ataques como é necessário. Mas soldados e agentes não podem se nivelar aos bandidos. Professar a resposta "olho por olho, dente por dente" é resvalar para a barbárie, tanto quanto a criminalidade.

A experiência histórica mostra que, ao agir de forma autônoma, por sobre leis, a Constituição e a hierarquia, policiais ganham vida e poder próprios e se convertem em perigosos agentes de delitos graves. Não é necessário recuar muito ao passado para encontrar casos em que defensores da lei e da ordem se converteram nos maiores transgressores da lei e da ordem. A melhor postura contra o crime é aperfeiçoar as instituições para combatê-lo dentro do estado de direito.

É reprovável
que policiais
reajam com
armas do
banditismo

Sábado, 20 de maio de 2006

O GLOBO

Falta de foco

O mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está chegando ao fim e 14 milhões de brasileiros passam fome. Sequer são atendidos pelo Bolsa Família, que atende a 11 milhões de famílias, e sob o qual estão os programas sociais do governo. Essa melancólica realidade, revelada por pesquisa que o IBGE acaba de divulgar, é uma derrota para uma administração que fez do combate à miséria o seu grito de guerra. Repita-se: em 3,3 milhões de domicílios, pelo menos um morador não teve o que comer nos 90 dias anteriores à visita do pesquisador. Já foi pior, é verdade. E também nem de longe se confirma o contingente de 50 milhões de famélicos que o PT brandia nos tempos de oposição.

Percebe-se com facilidade que a raiz do problema está mais na falta de planejamento do que de recursos — o que leva o governo federal a perder o foco da ação e a desperdiçar verbas e boas intenções. Se os diversos programas de assistência social fossem mais bem concebidos e executados, parte dos bilhões de reais neles investidos — melhor seria dizer malbaratados — poderia ser liberada para outras áreas cruciais, como educação, saúde e obras de infra-

estrutura. Principalmente a educação básica, sem a qual não haverá ascensão social e melhoria duradoura e efetiva do padrão de vida dos pobres.

A baixa eficácia das políticas sociais de Lula tem origem num erro de filosofia. Todas elas se têm revelado formas mais ou menos disfarçadas de assistencialismo. O Estado não pode se comportar como um pai rico e magnânimo, indefinidamente responsável pela subsistência dos filhos — porque não tem condições materiais e nem é essa a razão de existirem Estados nacionais. Programas sociais não devem ser confundidos com esmolas, porque esmolas não alimentam nem fortalecem a cidadania. E, para a saúde e a sobrevivência do Brasil, seus pobres não podem ser vistos, fatalisticamente, como eternos dependentes — ou como um exército numeroso e esfrangalhado de famintos, analfabetos e desempregados, sem perspectiva de ascensão. Para ter êxito no socorro aos necessitados, o governo precisa racionalizar os programas sociais, e cobrar daqueles que socorre o compromisso de se esforçarem para sair da condição de necessitados. E atender a quem de fato precisa, sem paternalismo e desperdício.

Bolsa Família
não atinge a
população
para a qual
foi criado

Domingo, 21 de maio de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: *Greve na Uerj*

NOSSA OPINIÃO

Os perdedores

A disputa entre o governo do estado e a Uerj, como sempre acontece nesses casos, tem como principal vítima os alunos, que são a própria razão de ser da universidade. Alunos reais e em potencial, pois se for confirmado o adiamento do vestibular — questão que poderá ter seu desfecho na Justiça — serão atingidos também os que apenas pretendem iniciar o curso superior na Uerj. E que por sinal nem sabem se e quando terão de volta o dinheiro da taxa de inscrição.

É certo que não se pode negar a precariedade absoluta da situação em que se encontra a Uerj e a justiça das reivindicações

salariais dos professores. A universidade tem rampas escoradas por andalmes, porque já houve um desmoronamento (felizmente em fevereiro, durante as férias, e por isso sem vítimas), baldes apalmando a água que escorre de vazamentos enquanto falta nos bebedouros, sistemas contra incêndio sem mangueiras e uma deterioração geral; e não há previsão de reformas porque não há di-

nheiro para elas: em março a verba de custeio da Uerj sofreu um corte de 25%. Quanto aos salários, anos de congelamento conduziram a uma situação intolerável e ao atual e compreensível grau de indignação.

Ainda assim, entrar em greve não pode ser o instrumento preferencial de que os professores dispõem para fazer protestos e apresentar reivindicações. Desde já é previsível que ao fim dessa paralisação, que está perto de completar dois meses, os grevistas anunciarão que não haverá prejuízos para os alunos, pois as aulas perdidas serão devidamente repostas — o que reflete uma visão distorcida do ensino como uma espécie de mercadoria de compra e venda, e não como o processo gradual e cumulativo que é, a ser realizado em etapas sucessivas e complementares.

O governo estadual diz que não val negociar enquanto a greve persistir, os professores sustentam que não retomarão as aulas na situação atual. Em silêncio ficam os alunos, que são os mais prejudicados e a parte mais fraca.

Como sempre,
os alunos
são a principal
vítima da
disputa

TEMA EM DISCUSSÃO: *Déficit da Previdência*

NOSSA OPINIÃO

Causa estrutural

Há sem dúvida ineficiência administrativa, corrupção em grande escala, sonegação de contribuições e outros vazamentos por onde as finanças da Previdência Social sofrem uma verdadeira sangria. Todas essas torneiras, é claro, precisam ser fechadas. No entanto, é um engano imaginar que o êxito nessa tarefa seria suficiente para reequilibrar o sistema, que sofre de problemas estruturais.

A questão demográfica é primordial. Com o envelhecimento da população, tanto pelo aumento da expectativa de vida quanto pela queda da fertilidade, cada vez mais aposentados passam a depender por mais tempo, proporcionalmente, um número cada vez menor de trabalhadores na ativa.

É um problema althás universal, que em diversos países tem levado a discussões sobre a revisão para cima da idade mínima para a aposentadoria. Essa restrição simplesmente não existe no Brasil, o que permite que trabalhadores relativamente jovens, exibindo pleno vigor e capacidade, passem à

inatividade assim que cumprem o devido tempo de trabalho.

A vinculação dos proventos ao salário-mínimo é outro aspecto que precisa ser enfrentado. Cada vez que o piso salarial é aumentado o déficit previdenciário sofre um novo impacto, que é brutal quando o percentual é significativo. Pelas projeções do próprio

governo, este ano o déficit da Previdência totalizará R\$ 45,2 bilhões. É uma cifra muito otimista, em comparação com o que calculam analistas independentes; porém, mesmo que fiquemos com essa visão oficial, o déficit continuará aumentando ano a ano, chegando a R\$ 59,6 bilhões em 2010 e a espantosos R\$ 216,3 bilhões em 2025. É impossível para a economia tolerar esse desequilíbrio, suficiente para jogar por terra todos os resultados positivos obtidos em outras áreas do setor público.

Combater sonegação e fraudes é indispensável, mas não será a solução definitiva para o equilíbrio entre receita e despesa do INSS. Essa meta exige uma reforma profunda.

O combate às fraudes e à ineficiência é necessário mas insuficiente

OPINIÃO

Um aviso

O dia de ontem nos mercados mundiais foi mais um de turbulência — ou volatilidade, segundo o jargão do ramo — desde o início do mês, quando o Banco Central americano, o Fed, aumentou os juros e, em seguida, a inflação americana emitiu sinais de resistir à terapia de uma política monetária mais dura, aplicada já há algum tempo. A persistência dos aumentos de preços leva à inevitável previsão de que o Fed elevará mais uma vez a taxa básica, hoje em 5% anuais. Assim, está em curso um enorme movimento de troca de ativos no mercado global, porque os aplicadores internacionais passaram a ter a perspectiva de conseguir melhor retorno com o investimento mais seguro do mundo,

os títulos do Tesouro americano. Esse movimento já foi visto várias vezes no passado. A diferença, para o Brasil, é que o país se encontra numa posição menos vulnerável às tais volatilidades. O que não significa que precauções possam ser deixadas de lado. Pois a tendência de os grandes fluxos financeiros mundiais apostarem menos no bloco de países emergentes não deixa de afetar o Brasil. O dólar ontem encostou em R\$

2,30 e a Bolsa, como sempre, acompanhou o mercado acionário mundial, e caiu 3,2%. Na Índia, o pregão chegou a ser suspenso depois de um retrocesso de 10%. Com reservas elevadas, praticamente no valor da dívida externa pública, o Brasil é muito diferente daquele das eleições presidenciais anteriores. A própria eleição é diferente, com o candidato até agora favorito, o presidente Lula,

tendo demonstrado ser responsável na economia quando ele quer.

Esta é a questão-chave. Nos últimos meses, desde o início da perda de peso político do ministro Antonio Palocci, o Planalto demonstra menos fidelidade do que é desejável aos princípios da responsabilidade fiscal e monetária.

Até mesmo a meta do superávit primário de 4,25% do PIB passou a ser relativizada na equipe econômica. O atual nervosismo no mercado globalizado é um aviso a Brasília. Se, neste momento, houver alguma desconfiança quanto à política fiscal e monetária brasileira, aconselha-se seguir o conselho dado por um editorial do "Financial Times" publicado na semana passada sobre a volatilidade globalizada: "apertem os cintos".

Queda nos mercados mundiais deve ser decifrada por Brasília

Tarefa prioritária

Normalmente, a prisão de um chefe de quadrilha deveria representar o fim de sua carreira no crime. Mas no Brasil de hoje as coisas funcionam quase ao contrário: depois de preso, o bandido não apenas continua agindo livremente, comunicando-se com seus comandados pelo celular, como fica até mais a salvo do que antes.

Nada disso é novidade, mas parece ter sido preciso que uma onda de terror sem precedentes eclodisse em São Paulo para que o país tomasse consciência dessa situação paradoxal, resultado de uma legislação frouxa e que é cumprida de forma burocrática, além das brutais deficiências do sistema prisional.

Depois da barbárie apareceram (ou reapareceram) inúmeras propostas para remediar a situação, algumas muito pertinentes, como aliás são de modo geral os projetos já aprovados no Senado: transformam em falta grave a posse de celular por presos, impedem o cumprimento burocrático da lei de progressão penal e a concessão de liberdade condicional para reincidentes e criam o regime de segurança máxima e outras normas severas que estavam fazendo falta. Esta parte

legal pode ser resolvida, como foi — naturalmente faltando a ratificação na Câmara —, por uma rápida votação.

Mais complexa é a tarefa de construir novas penitenciárias federais, há tanto tempo prometidas, e prisões menores, para que criminosos de variada periculosidade cumpram penas em separado, isolando chefões do crime e impedindo que convivam com pequenos ladrões e vigaristas, para que estes não acabem ingressando nas quadrilhas mais perigosas. Também continuarão faltando uma política de monitoramento de presos em liberdade condicional e de acompanhamento de penas — para que seja libertado quem já cumpriu a sentença e continua no cárcere — e a aplicação

mais freqüente de penas alternativas. Entre outros benefícios, se combaterá assim o problema da superlotação de cadeias.

O que ainda é preciso fazer exige investimento e ação de todos os níveis do poder público, colaboração de entidades como OAB e disposição real do Judiciário e dos demais poderes. Não é um trabalho que estará completo da noite para o dia, mas por isso mesmo precisa ter início já.

A legislação penal é frouxa e cumprida de forma burocrática

OPINIÃO

Bases para acordo

As fotos do encontro de segunda-feira em La Paz entre o chanceler Celso Amorim e o presidente Evo Morales passam o clima de uma conversa amigável. Entre sorrisos e cumprimentos, o ministro brasileiro e o presidente boliviano parecem selar a desobstrução dos canais de diálogo entre os dois países, após o curto-circuito diplomático causado pela "nacionalização" dos ativos da Petrobras.

Mas é cedo para otimismo. Notícia-se que na audiência com Morales o ministro registrou o desgosto brasileiro com a espalhafatosa ocupação militar das instalações da empresa estatal — uma pirotecnia demagógica do presidente da Bolívia destinada a angariar votos da massa desinformada para obter maioria na Constituinte a ser eleita em breve.

Fez bem o ministro. Assim como acertou ao credenciar a Petrobras representante dos seus próprios interesses nas negociações sobre o preço do gás e as condições da nacionalização; e também ao deixar claro que alguma indenização terá de ser paga. O credenciamento da Petrobras por Celso Amorim força o governo a garantir a retaguarda da empresa, dando-lhe apoio nos cho-

ques com os bolivianos. Que certamente ocorrerão se, por exemplo, autoridades do governo Morales continuarem a defender a capciosa tese de que os lucros obtidos pela Petrobras já ressarciram os investimentos feitos por ela no país.

As negociações precisam ser as mais técnicas possíveis, e cabe ao presidente Lula evitar interferências indevidas, inspiradas no ilusório projeto ideológico de uma América Latina fechada em si mesma, transformada numa trincheira contra os países desenvolvidos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece continuar ainda muito influenciado por esse tipo de visão — mesmo depois da agressão boliviana aos interesses brasileiros representada pela ruptura unilateral de contratos.

Na semana passada, sintomaticamente, o presidente prometeu continuar a importar gás do país vizinho, "para ajudar aquele que é um povo muito pobre". A questão é outra. Essa prioridade deve ser do governo boliviano. Cabe a ele cumprir os contratos, pois caso contrário manterá seu povo na penúria. E ao Brasil resta negociar acordos que beneficiem os brasileiros. E assim os pobres dos dois lados da fronteira serão ajudados.

Negociação com a Bolívia tem de ser a mais técnica possível

Quarta-feira, 24 de maio de 2006

O GLOBO

Agenda única

Será ótimo para a França e para o Brasil se o presidente Jacques Chirac, em suas conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tratar de assuntos que ajudem concretamente a intensificar o comércio bilateral. Afinal de contas, essa é a justificativa da visita do mandatário francês.

Mas o Chirac que chega a Brasília não é um presidente no auge da popularidade e da eficácia administrativa. Na realidade, é um político em crise profunda, e a visita à América Latina — daqui ele segue para o Chile — lhe dará o ensejo de se apresentar como estadista europeu itinerante, atento tanto aos interesses do seu país como às necessidades de desenvolvimento das regiões mais pobres do mundo.

Só para citar as derrotas recentes do chefe de Estado francês: o "não" dos seus compatriotas à Constituição europeia, as revoltas nos subúrbios e nas universidades, com graves tumultos de rua, o vexaminoso recuo na tentativa de flexibilizar as leis trabalhistas e a incontrolável animosidade da disputa entre o primeiro-ministro Dominique de Villepin, o ministro do Interior Nicolas Sar-

kozy e a candidata socialista Ségolène Royal para suceder a Chirac no ano que vem.

Por essas e outras, é provável que o presidente francês volte a manifestar entusiasmo pela proposta de criação de um imposto sobre passagens aéreas apresentada por Lula. Apesar de ter como nobre objetivo eliminar a pobreza, a idéia de uma taxa universal encontra resistência até entre países da África, que temem um impacto negativo sobre o turismo externo, uma de suas mais confiáveis fontes de receita.

Chirac deixaria sua marca de estadista no combate à pobreza se usasse o tempo que lhe resta na presidência para convencer seus conterrâneos a reduzir, substancialmente, os subsídios agrícolas. Por serem uma ferramenta que só as economias opulentas podem se dar ao luxo de usar, os subsídios representam a forma mais desleal de concorrência, dificultando o acesso dos países pobres aos mercados internacionais e perpetuando a pobreza. Se não houver avanço nessa questão, a visita do presidente francês, por maior que seja o clima de boa vontade e simpatia, será meramente protocolar.

De Chirac

interessa o

recuo francês

nos subsídios

agrícolas

Quinta-feira, 25 de maio de 2006

O GLOBO

TEMA EM DISCUSSÃO: *Crime e advocacia*

NOSSA OPINIÃO

Lado da sociedade

É problema antigo a atuação de advogados como integrantes ativos de quadrilhas. Profissional beneficiado por prerrogativas para garantir o direito constitucional à defesa, o advogado tem acesso facilitado a presídios — e isso chamou a atenção do crime organizado. O passo seguinte foi a cooptação de alguns para agirem como canal de comunicação entre os chefes de gangues trancafiados e as respectivas quadrilhas nas ruas, além do uso desses profissionais no contrabando de tudo o que se possa imaginar para dentro das cadeias.

Por certo são uma minoria os que aceitam a dupla função a serviço do crime. Mas com ponderáveis prejuízos para a sociedade. O caso recente da participação de dois deles no vazamento para chefes da organização criminosa PCC de um depoimento sigiloso prestado por policiais na CPI do Tráfico de Armas demonstra o estágio a que chegou essa infiltração do banditismo na profissão.

Desmascarados pela própria CPI, os doutores Sérgio Wesley da Cunha e Maria Cristina de Souza ha-

viam abordado o técnico de som da Câmara Arthur Vinícius para suborná-lo e obter uma cópia do que foi dito na sessão fechada da CPI.

Nela havia sido antecipado que a polícia paulista transferiria chefes do PCC para o presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes e os colocaria em regime disciplinar especial. A informação foi levada

pelos advogados aos criminosos, e São Paulo passou a viver dias de terror. A gravidade do caso deveria levar a Ordem dos Advogados do Brasil a atenuar o corporativismo com que defende os afiliados. As prerrogativas básicas da advocacia têm de ser mantidas, em nome do estado de direito. Mas o trânsito dos defensores de criminosos nos presídios precisa ser mais criterioso. Como em outros países, o acesso direto do advogado ao cliente preso deve ser cercado de cuidados, como a revista, até com raios X, e, em certas circunstâncias, a proibição à proximidade física.

A sociedade enfrenta séria ameaça na segurança pública. E todas as instituições, inclusive e principalmente a OAB, precisam atuar na sua defesa.

Caso do
vazamento de
informações
é um alerta
à OAB

OPINIÃO

Correção de rumo

Ao contrário dos dois governos tucanos, a atual gestão petista se beneficia de um ciclo histórico de sincronização de crescimento da economia mundial, turbinado pela consolidação da China como grande parceiro global. Em contraste com o período Lula, quase todos os oito anos de FH foram marcados por crises planetárias: a partir de México, Ásia, Rússia, numa sucessão de terremotos que por fim abalaram o Brasil e a Argentina.

O governo Lula teve o mérito de rejeitar propostas autistas de alteração da espinha dorsal da política econômica e não abraçar um modelo estatizante e intervencionista (no câmbio, no comércio exterior, nos juros e no combate à inflação), colocado em desuso pela globalização e pela realidade da economia brasileira, já bastante integrada ao exterior e sufocada por asfixiante carga tributária.

A atual fase de turbulência, porém, representa importante teste para Lula. Até porque ocorre em ano eleitoral. Por enquanto, nesse teste, há elementos para estimular expectativas pessimistas: os donos do eixo do poder em Brasília — Dilma Rousseff e Guido Mantega — não professam especial predileção

pelos cuidados fiscais. O ministro da Fazenda chegou a dizer que não é prioritária uma reforma na Previdência, embora seja ela o principal nó do desequilíbrio fiscal brasileiro (mais que os juros, pois a conta destes encolhe com a queda das taxas); e acaba de nomear um opositor militante do Banco Central para secretaria de política econômica, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, egresso do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Ied).

É hora de Lula afastar do país o risco de uma crise fiscal

Os fundamentos da economia brasileira melhoraram bastante. Mas continua, e se agrava, o problema do aumento constante dos gastos públicos correntes, agora acelerados com objetivos eleitorais. Nesta conjuntura mundial de turbulências causadas por temores quanto ao futuro da economia dos EUA, é hora de o governo não deixar qualquer dúvida sobre a política de acumulação de superávits primários de no mínimo 4,25% do PIB para evitar qualquer risco de descontrolar da dívida interna.

Na condição de atual favorito às eleições, deveria interessar ao presidente afastar inseguranças diante de um possível segundo mandato e, por meio de ações objetivas, tirar o país da rota da crise fiscal em que se encontra.

Lance estratégico

O ultimato dado ao Hamas pelo presidente Mahmoud Abbas é jogada política arriscada num momento em que os palestinos estão à beira da guerra civil. Mas se justifica como tentativa, oportuna e inteligente, de unificar as facções palestinas, mais que nunca em desacordo com relação a Israel. Pode ser a saída para o Hamas, que chegou ao governo pela via democrática mas, filosoficamente comprometido com a própria intransigência, ainda não pôde governar. E para Abbas, que deixou de ter voz ativa de um lado e do outro da mesa.

Desde a vitória do Hamas, os palestinos estão isolados e as negociações paralisadas. A intransigência do grupo que hoje controla militar e politicamente os territórios levou a um impasse histórico, cuja primeira grande vítima foi a própria Autoridade Palestina, acossada por sanções econômicas internacionais.

Se o Hamas não virar pelo avesso a própria doutrina, reconhecendo Israel o quanto antes, o nó cego continuará atado por tempo indefinido, e o movimento radical islâmico estará ajudando Israel a resolver a questão de suas fron-

teiras definitivas, e as de um futuro Estado palestino, sem precisar fazer consultas ou concessões aos palestinos. Israel provou que pode fazê-lo com êxito, ao sair de Gaza sem exigir coisa alguma em troca, e anunciar que manterá na Cisjordânia todos os assentamentos que lhe pareçam de interesse estratégico.

Num plano mais imediato, o ultimato é a tentativa desesperada de um naufrago político para se manter à tona e, ao mesmo tempo, recuperar o controle da situação na Cisjordânia, onde militantes islâmicos vivem em conflito permanente com as forças de segurança da ANP, dominadas pela Fatah.

Caso seja realizado, o referendo de Abbas dirá o que o povo palestino acha de um do-

cumento preparado por dirigentes do Hamas, da Fatah e da Jihad Islâmica, pedindo a criação do Estado palestino na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em Jerusalém Oriental. Apesar de suas dificuldades, já conhecidas, a proposta pressupõe o convívio com Israel, e não a sua destruição, como querem os militantes. E, se for referendada, dará ao Hamas pretexto para aceitar Israel sem parecer que abandonou um princípio.

Referendo proposto por Abbas convém ao Hamas e a Israel

TEMA EM DISCUSSÃO: *Brasil-Bolívia*

NOSSA OPINIÃO

Delírio ideológico

Arusga com a Bolívia é reveladora do momento da América Latina — em que ressurgem da História a tradicional corrente nacional populista — e ajuda nas análises sobre a diplomacia brasileira.

A excessiva benevolência até agora demonstrada pelo governo Lula com um ato hostil — a esta- tização na marra dos investimentos da Petrobras no país — indica que para o Planalto algo maior está em jogo.

Na visão do governo, trata-se da integração latino-americana, aposta na qual o presidente brasileiro deposita muitas fichas. De forma ariscada.

É indiscutível que interessa chegar a algum acordo com Evo Morales, pelo peso do gás boliviano no mercado brasileiro. Pois ainda levará algum tempo para o Brasil reduzir ou eliminar a dependência externa do combustível. Mas por uma questão de princípio, não se pode aceitar a simples expropriação de bens da Petrobras, por mais que haja no círculo próximo do presidente Lula quem pretenda conduzir a diplomacia por parâmetros meramente ideológicos e não

pragmáticos e independentes, como é — ou era — da tradição do Itamaraty.

A integração continental é um projeto geopolítico estratégico a ser perseguido. Porém, deve-se saber a que custo. Num mundo em trânsito num ciclo de fortes tensões causadas pelo aumento do preço da energia, a América Latina

tem um elemento precioso em torno do qual pode-se acelerar um projeto de integração regional: a disponibilidade de petróleo e gás. Nesse sentido, Bolívia e Venezuela cumprem papel de destaque no tabuleiro geopolítico.

A dificuldade, quase insuperável, será fazer coincidir as necessidades estratégicas de um país das dimensões do

Brasil, de economia diversificada, dinâmica e já bastante interdependente com o exterior, com o projeto equivocado e inexecutável de Hugo Chávez, aliado a Fidel Castro — os dois, até agora, tutores de Morales — de fechar parte da América Latina para o mundo.

Tudo embalado numa retórica, terceiro-mundista da década de 60, já soterrada sob os escombros do Muro de Berlim.

Projeto
chavista para
a região não
serve para
o Brasil

OPINIÃO

Ação afirmativa

Para responder aos grupos organizados que pressionam pela criação de cotas raciais no ensino superior, a Universidade de São Paulo, uma das maiores do país, propõe um meio-termo. Em vez de uma regra cartorial, rígida e sem qualquer relação com o mérito acadêmico para matricular na universidade um certo percentual de alunos negros, pardos e índios, como querem esses grupos, a USP propõe a concessão de um bônus de 3% nas notas dos vestibulandos oriundos da escola pública.

Os idealizadores da fórmula imaginam que assim, ao concederem uma vantagem aos egressos de escolas do estado — normalmente filhos de famílias de renda mais baixa — contemplarão também os jovens de etnias ditas excluídas. Com isso, pensam em elevar dos atuais 19% a parcela de alunos da USP formados no ensino médio da rede pública.

Deve-se elogiar a preocupação da USP com a qualidade da formação de seus estudantes. Zelar pelo mérito acadêmico é a única maneira de a universidade manter-se como um dos 200 melhores estabelecimentos de ensino superior do mundo, segundo pesquisa feita pelo jornal inglês "The Times".

Porém, a tentativa de conciliação entre o que deseja a militância cotista e os parâmetros clássicos do bom ensino é infrutífera. A bem intencionada proposta da universidade de criação de um bônus para o vestibulando da escola pública não consegue contornar a impossibilidade de continuar a formar bons profissionais se forem criados outros conceitos para avaliar os estudantes sem qualquer relação com o saber e o conhecimento.

Isso não significa que não possa haver ações afirmativas para abrir espaços no ensino superior aos estudantes das faixas de renda mais baixa. A própria USP, além do bônus, acena para a criação de cotas para a organização de cursos gratuitos para esses alunos e com uma espécie

de Provas anuais para o ensino médio público, cujas notas seriam levadas em conta no vestibular.

São boas idéias, até já adotadas em outros estados com sucesso. No entanto, a mais importante ação afirmativa deveria partir do poder público: uma substancial melhoria da qualidade do ensino básico oferecido pelo estado. E sem discriminar alunos pela cor da pele, por ser etnicamente deplorável além de inconstitucional.

USP tenta,
sem êxito,
criar uma
alternativa
às cotas